



**ACÓRDÃO Nº434/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11232/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Estadual de Saúde – FES.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Mario Batista de Andrade Neto (Ordenador de Despesa), Keytiane Evangelista de Almeida (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 629/2020-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo Estadual de Saúde - FES. Exercício de 2016.

*Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. À UNANIMIDADE:**

**10.1.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas **do Fundo Estadual de Saúde**, exercício de 2016, sob a responsabilidade da **Sra. Keytiane Evangelista de Almeida**, ex-Secretária Executiva Adjunta do FES, em decorrência de graves infrações às normas legais, conforme as restrições não sanadas impropriedades 6.1.2 do Relatório nº 138/2019-DICOP e todas do Relatório nº 105/2019-DICAD, nos termos do inciso II do art. 1º e das alíneas “b” e “c” do inciso III do art. 22, todos da Lei nº 2.423/96.

**10.1.2. Determinar** ao atual gestor do FES que:

- 10.1.2.1.** Realize as conciliações e os devidos pagamentos da sua Dívida Flutuante;
- 10.1.2.2.** Concilie as pendências de prestações de contas de adiantamentos a servidores e caso necessário instaure Tomada de Contas Especial para apurar os danos causados pela não prestação de contas de forma individualizada;



**ACÓRDÃO Nº434/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.1.2.3.** Cobrar os relatórios de viagens dos servidores.

**10.1.3. Determinar** a Secretaria do Tribunal Pleno:

- a)** Remeter os autos ao DERED para que efetue a cobrança executiva administrativa e, não obtendo êxito, adotar os procedimentos necessários para a cobrança executiva judicial, observando os artigos 3º e 5º da Resolução nº 3/2011 - TCE;
- b)** Notificar a Responsável para tomar conhecimento do Acórdão desta Corte de Contas.

**10.1.4.** De acordo com o voto-destaque do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, o qual foi acolhido em sessão, pelo Relator, **considerar em Alcance o Sra. Keytiane Evangelista de Almeida**, ex-Secretária Executiva Adjunta do FES, exercício 2016, no valor de **R\$32.960,72** (trinta e dois mil, novecentos e sessenta reais e setenta e dois centavos), devido a não comprovação das despesas nos valores referentes aos itens 6 e 8 do Relatório Conclusivo nº 105/2019-DICAD, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, **no prazo de 30 dias**;

**10.2. POR MAIORIA**, nos termos do voto-destaque do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva:

**10.2.1. Aplicar Multa a Sra. Keytiane Evangelista de Almeida**, ex-Secretária Executiva Adjunta do FES, exercício 2016, no valor de **R\$ 43.841,28** (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos), em razão de grave infração à norma legal e regulamentar, prevista no inciso VI do art. 54 da Lei Orgânica em razão das restrições não sanadas 6.1.2 do Relatório nº 138/2019-DICOP e todas do Relatório nº 105/2019-DICAD, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº434/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

*Vencida a proposta de Voto quanto a atualização do valor ao tempo do fato gerador. Vencido o voto-destaque do Cons. Júlio Pinheiro que votou pela proposta sem a aplicabilidade da multa.*

**11- Ata:** 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 28 de Abril de 2020.

**13- Especificação do quórum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral